b) Por decisão judicial que declare a sua insolvência;

2 — A associação extingue-se ainda por decisão judicial:

- a) Quando o seu fim se tenha esgotado ou se haja tornado impossível;
- b) Quando o seu fim real não coincida com o fim expresso no acto de constituição ou dos estatutos;
- c) Quando o seu fim seja sistematicamente prosseguido por meios ilícitos;
- d) Quando a sua existência se tome contrária à ordem pública.

Artigo 62.º

Destino dos bens em caso de dissolução

Em caso de dissolução da Casa do Povo, os bens da associação extinta são integrados no património da associação ou associações que dela resultarem, ou se não existirem, às designadas pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 63.º

Simbologia

A Casa do Povo tem direito ao uso de emblema, bandeira e selo próprio, aprovados pela Heráldica Nacional.

Artigo 64.º

Casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, de acordo ou nos termos impostos pelo Código Civil Português e demais legislação aplicável.

Está conforme o original.

13 de Março de 2007. — A Ajudante, *Maria Margarida do Nascimento Couto*.

2611068567

CENTRO SOCIAL DE SÃO MIGUEL DE NOGUEIRA DA MONTANHA

Anúncio (extracto) n.º 8538/2007

Certifica-se para efeitos de publicação que por escritura outorgada em 28 de Setembro de 2007, no Cartório Notarial sito na Praça do Brasil, Edifício Praça do Brasil, Loja 17, cidade de Chaves, a cargo da Notária Maria Cristina dos Reis Santos, exarada a folhas 43 seguintes do respectivo Livro Número 105-A, foi constituída uma associação com fins não lucrativos, denominada Centro Social de São Miguel de Nogueira da Montanha, a qual tem a sua sede no lugar e freguesia de Nogueira da Montanha, concelho de Chaves, será abreviadamente designada por “Centro Social de São Miguel”, pretende ser uma Instituição Particular de Solidariedade Social, durará por tempo indeterminado e tem por objecto: criar estruturas de apoio à terceira idade, infância e juventude.

Qualquer pessoa, maior de dezoito anos e as pessoas colectivas, podem por si ou pelos legais representantes, requerer à Direcção a sua admissão. Os associados podem ser efectivos, beneméritos e honorários:

São direitos dos associados: participar nas reuniões da Assembleia geral; Eleger e ser eleito para cargos sociais; Requerer a convocação da Assembleia geral extraordinária, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º; Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeram por escrito com a antecedência mínima de 30 dias e se verifique interesse pessoal, directo e legítimo.

São deveres dos associados: Pagar pontualmente as suas quotas, tratando-se de associados efectivos; Comparecer às reuniões da Assembleia geral; Observar as disposições estatutárias e regulamentos e as deliberações dos corpos gerentes; Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que foram eleitos.

As condições de admissão, saída e exclusão dos associados são as definidas nos respectivos estatutos.

São órgãos da Associação a Assembleia geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.

A duração dos corpos sociais é de três anos, devendo proceder-se à eleição no mês de Dezembro do último ano de cada triénio.

A mesa da assembleia geral é composta por um Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário.

A Direcção é composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Vogal;

Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes assinaturas conjuntas de quaisquer membros da Direcção, ou assinaturas conjuntas do presidente e do tesoureiro.

Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas do presidente e do tesoureiro.

Nos actos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da Direcção.

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente e dois Vogais.

É certidão de teor parcial.

26 de Outubro de 2007. — A Notária, *Maria Cristina dos Reis Santos*.

2611068562

D. N. A. — ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO NATURA

Anúncio (extracto) n.º 8539/2007

Certifico que, por escritura outorgada em dezassete de Setembro de dois mil e sete, exarada de fls. 106 a fls. 107 Vº, do respectivo Livro n.º 145-A, deste Cartório, foram alterados os estatutos da associação denominada “D.N.A. — Associação Desenvolvimento Natura”, NIPC 507 928 920, com sede na Rua Serpa Pinto, n.º 202, 1.º esquerdo, freguesia de Campanhã, concelho do Porto, quanto à redacção do artigo quadragésimo terceiro, ao número dois do artigo quadragésimo oitavo, artigo quinquagésimo, número um do artigo quinquagésimo segundo e ao artigo centésimo.

Está conforme.

17 de Setembro de 2007. — O Notário, *Luís Fernando Laboreiro Henriques*.

2611068003

FEDERAÇÃO NACIONAL DE VOLUNTARIADO EM SAÚDE

Anúncio n.º 8540/2007

Certifico, para efeitos de publicação que, por escritura outorgada em vinte e um de Maio de dois mil e sete, exarada a folhas quarenta e cinco do livro de notas cento e cinquenta e oito, deste Cartório Notarial do Porto, a cargo da Notária, Ana Paula Ferreira Neves de Castro, foi constituída uma Federação sem fins lucrativos, denominada, “Federação Nacional de Voluntariado em Saúde”, NIPC n.º 508.061.164 com sede na Rua Mártires da Liberdade, n.º 192, 3.º andar, sala 32, na freguesia de Cedofeita, desta cidade do Porto, que se vai regular pelos estatutos que seguem em anexo.

21 de Maio de 2007. — A Notária, *Ana Paula Ferreira Neves de Castro*.

Estatutos da Federação Nacional de Voluntariado em Saúde

CAPÍTULO I

Denominação, sede, âmbito, natureza e fins

Artigo 1.º

Denominação e sede

1 — A Federação Nacional de Voluntariado em Saúde, adiante designada por Federação, adopta a sigla FNVS. Rege-se pelas disposições legais aplicáveis pelo disposto, nos presentes Estatutos e pelo Regulamento Interno.

2 — A Federação tem a sua sede social na Rua Mártires da Liberdade, n.º 192, sala 32, freguesia de Cedofeita, concelho do Porto.

Artigo 2.º

Natureza, âmbito e duração

1 — A Federação é uma organização sem fins lucrativos, representativa de Ligas, Associações de Voluntários e Amigos de Hospitais,

Centros de Saúde e outras Unidades de Saúde, bem como Associações Hospitalares, todas adiante designadas por Organizações.

2 — A Federação destina-se à integração de Organizações ainda que enquadradas em Federações, União ou estruturas afins.

3 — A Federação tem âmbito Nacional e durara por tempo indeterminado.

Artigo 3º

Finalidade, Objectivos e Princípios

1 — A Federação tem como finalidade a defesa e promoção do quadro de valores comuns às Organizações aderentes, prosseguindo os seguintes objectivos:

a) Preservar a identidade das Organizações e do respectivo voluntariado.

b) Representar as Organizações aderentes e assumir a defesa dos seus interesses, nomeadamente perante a Administração Pública, Central, Regional e Local e as Instituições de Saúde Pública, Sociais e Privadas, onde as Organizações operam.

c) Desenvolver e alargar a base de apoio social, que quanto a mobilizações para o Voluntariado em Saúde, quer quanto à melhoria dos Serviços Sociais, aos utentes, envolvendo a Comunidade.

2 — A Federação e os seus Órgãos regem-se pelos princípios da independência, democraticidade, representatividade e descentralização

CAPÍTULO II

Membros

Artigo 4º

Admissão

São admitidos como membros de Federação as Organizações que operem em Instituições de Saúde ou similares desde que cumulativamente, reúnam das seguintes condições:

a) Apresentem o pedido de adesão acompanhado de declaração de aceitação dos princípios e regras constantes dos presentes estatutos e dos regulamentos de Federação;

b) Tenham personalidade jurídica, comprovada através de escritura pública de constituição e de registos comprovativos em vigor;

c) Resulte dos seus estatutos que se encontram vocacionadas principalmente para o Voluntariado em Saúde

Artigo 5º

Direitos

São direitos dos membros de Federação:

a) Eleger e serem eleitos para os Órgãos Sociais;

b) Participar nas Assembleias Gerais, com direito a voto;

c) Consultar toda a documentação financeira e contabilística

Artigo 6º

Deveres

São deveres dos membros da Federação

a) Contribuir para a finalidade e objectivos da Federação;

b) Pagar pontualmente a quota com base nos critérios definidos pela Assembleia Geral;

c) Participar de forma activa da vida de Federação.

Artigo 7º

Regime disciplinar

1 — O incumprimento, por acção ou omissão das normas estatutárias constitui infracção disciplinar.

2 — As infracções disciplinares são passíveis das seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Suspensão dos direitos sociais até um ano;

c) Suspensão dos direitos sociais até dois anos;

c) Expulsão;

3 — O poder disciplinar é exercido pela Direcção da Federação, sem prejuízo do disposto no número sete deste artigo.

4 — A Direcção nomeará um relator do processo e procederá à audição prévia da Organização em causa e às demais diligências necessárias.

5 — A graduação da sanção deve corresponder à gravidade do comportamento em termos de responsabilidade.

6 — A reincidência constitui circunstância agravante.

7 — A aplicação da sanção de expulsão é da competência exclusiva da Assembleia Geral, sob proposta da Direcção.

8 — Da decisão disciplinar poderá haver recurso para a Assembleia Geral.

CAPÍTULO III

Dos órgãos sociais

Artigo 8º

Órgão sociais

a) A Assembleia Geral

b) A Direcção Nacional

c) O Conselho Fiscal

d) Os Delegados Regionais

Artigo 9º

Eleição e Mandato

1 — A Assembleia Geral elege os Órgãos Sociais de entre os representantes designados pelos membros, por um período de três anos, por maioria simples em lista fechada.

2 — O número de mandatos consecutivos dos membros dos Corpos Sociais não pode exceder três, salvo se a Assembleia Geral reconhecer expressamente a determinado Membro não ser possível ou conveniente proceder à sua substituição.

3 — O Processo Eleitoral será definido pelo Regulamento Interno elaborado pela Comissão Instaladora no prazo de noventa dias.

Artigo 10º

Deliberações

As deliberações da Federação serão tomadas por maioria simples dos membros presentes, exceptuando as deliberações a que se referem os artigos 15º e 16º e o disposto no artigo 175, n.º 2, do Código Civil.

Artigo 11º

Assembleia Geral

1 — A Assembleia Geral da Federação é constituída por todos os Membros no pleno gozo dos seus direitos.

2 — Cada Organismo presente tem direito a um voto.

3 — Compete a Assembleia Geral:

a) Definir as grandes linhas orientadoras da Federação;

b) Eleger e destituir os Membros dos Órgãos Sociais;

c) Apreciar e Votar o Relatório Anual, a Conta de Gerência, o Plano de Actividades e o Orçamento,

d) Rever os presentes Estatutos, bem como a cisão, fusão ou extinção da Federação;

e) Aprovar a adesão a quaisquer Organizações de cooperação Interinstitucional, de natureza Confederativa ou Internacional;

f) Fixar as quotas anuais dos Membros;

g) Deliberar sobre as demais matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros Órgãos Sociais.

4 — A Assembleia Geral reúne ordinariamente no primeiro trimestre de cada ano civil para a aprovação do Relatório e Contas e no último trimestre para a aprovação do Orçamento e Plano de Actividades.

5 — Reúne extraordinariamente quando convocada pelo Presidente de Mesa ou a requerimento dos Membros, em número a definir no Regulamento Interno.

6 — Os trabalhos serão dirigidos por uma Mesa composta pelo Presidente e dois Secretários.

7 — O Presidente da Mesa enviará por carta registada a convocatória da reunião com pelo menos 15 dias de antecedência aos Membros, com a ordem de trabalhos e a documentação preparatória da reunião.

8 — A Assembleia Geral iniciará os trabalhos à hora marcada na convocatória havendo quórum, ou trinta minutos depois de qualquer número de presenças.

Artigo 12º

Direcção

1 — A Direcção é o Órgão Executivo da Federação, sendo composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e três Vogais.

2 — Compete à Direcção:

- a) Efectuar a gestão corrente da Federação;
- b) Desenvolver as actividades e iniciativas que permitam a prossecução da finalidade e objectivos da Federação;
- c) Cumprir e fazer cumprir os estatutos e as deliberações da Assembleia Geral dentro dos limites das suas Competências;
- d) Elaborar o Relatório Anual, a Conta de Gerência, o Orçamento e o Plano de Actividades e submetê-los ao parecer do Conselho Fiscal e à aprovação da Assembleia Geral;
- e) Representar a Federação em juízo e fora dele podendo substabelecer os seus poderes;
- f) Delegar competências nos Delegados Regionais.

3 — As reuniões da Direcção deverão ter periodicidade trimestral.

4 — A Federação fica obrigada com a assinatura do Presidente ou do Vice Presidente e do Tesoureiro.

Artigo 13º

Delegados Regionais

1 — Os Delegados Regionais são os representantes da Direcção nas diferentes regiões do Território Nacional, tendo por função descentralizar a actuação no domínio da Saúde e exercer as competências delegadas pela Direcção.

2 — Os Delegados não têm autonomia financeira nem patrimonial, carecendo de autorização da Direcção para a realização de despesas extraordinárias e de investimento.

3 — Os Delegados Regionais são eleitos pela Direcção para o período do seu mandato.

Artigo 14º

Conselho Fiscal

1 — O Conselho Fiscal é o órgão da fiscalização da Federação, sendo constituído pelo Presidente e dois Vogais

2 — Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Examinar livremente todos os documentos da Federação;
- b) Dar parecer anual fundamentado sobre o relatório anual, a Conta de Gerência, o Plano de Actividades e o Orçamento.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais e Transitórias

Artigo 15º

Revisão dos Estatutos

Os presentes Estatutos só podem ser revisto com o voto favorável de três quartos dos Membros da Federação, presentes na Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito.

Artigo 16º

Dissolução

A Federação dissolve-se por deliberação de três quartos de todos os Membros, devendo a Assembleia Geral ser expressamente convocada para o efeito, nomeando imediatamente uma Comissão Liquidatária que integra obrigatoriamente o Presidente e o Tesoureiro da Direcção.

Artigo 17º

Integração de lacunas

Os casos omissos nos presentes Estatutos, serão resolvidos pela legislação específica para este tipo de Associações, pela lei geral e princípios gerais de direito.

Artigo 18º

Entrada em Vigor

1 — Os presentes Estatutos entram em vigor após a sua publicação oficial no *Diário da República*, na sequência da Aprovação em Assembleia Constitutiva.

2 — Entre a Aprovação dos presentes Estatutos, e durante um prazo máximo de seis meses, após a respectiva publicação, a Federação será gerida por uma Comissão Instaladora, constituída por representantes dos Membros Fundadores, a qual se encarregará de preparar todo o processo conducente à eleição dos Órgãos Sociais.

2611068137

FEDERAÇÃO REGIONAL DO YOGA DO NORTE, CENTRO E GRANDE LISBOA**Anúncio (extracto) n.º 8541/2007**

Certifico que no dia dezasseis de Maio de dois mil e sete, na Rua dos Sapateiros, número cento e cinquenta e oito, quinto andar, em Lisboa, perante mim, o Notário, Joaquim António Barata Lopes, foi lavrada a folhas quarenta e sete e seguintes do Livro setenta e cinco-A, de escrituras diversas deste Cartório, uma escritura de constituição da federação com a denominação “Federação Regional do Yoga do Norte, Centro e Grande Lisboa”, que tem a sua sede na Rua Marquês de Pombal, número vinte, primeiro direito, freguesia e concelho de Oeiras.

A Federação Regional do Yoga do Norte, Centro e Grande Lisboa — FRYNORT é uma pessoa colectiva de direito privado, uma organização não governamental, sem fins lucrativos, nem religiosos, curativos ou competitivos, que congrega Associações do Yoga do seu espaço Regional — desde que as mesmas se enquadrem em Linhagens Filosóficas compatíveis com os seus Estatutos e os aceitem total, leal e integralmente.

A Federação propõe-se prosseguir os seguintes fins:

Federar as Associações Regionais do Yoga a Norte do Rio Tejo.

Na concretização destes fins, a FRYNORT poderá:

a) Representar as associações suas filiadas, bem como ao Yoga a nível Regional, desde que estas Instituições ensinem Yoga Primordial, Yoga — Sámkha, com mais de seis mil anos, que visem atingir o Samádhi (Iluminação) — Suprema Consciência Intelectiva Humano-Cósmica, Yoga sem competição, ou que se enquadrem com toda a clareza neste Caminho como parte dele, e que repudiem oportunismos, charlatães e seitas no Yoga.

b) Realçar e respeitar constantemente a ancestral Trimurti em que se baseia o Yoga Primordial:

O Sistema Filosófico, com a sua base de Auto Exigência de Serviço e Fraterna, percurso que sempre deve respeitar a Meta, e o Supremo Conhecimento, Fraternidade Humana e Consciência Planetária;

O Áshrama, o local de Desenvolvimento Pessoal para constante aplicação diária; 3 — o Sat Guru — Grande Mestre, condutor Filosófico Incondicional.

c) Evidenciar sempre que o Yoga é uma Filosofia aplicada, não aparentada com religião, ginástica, terapia, sexo, e adivinhação, que se destina a ambos os sexos, todos os estratos sociais, raças, credos e idades.

d) Respeitar e divulgar os Yantra — símbolos e bandeiras do Yoga Primordial e os símbolos que são próprios da FRYNORT.

Podem filiar-se na FRYNORT:

As Instituições que ensinam em exclusivo (através dos Professores formados e credenciados com a futura Aprovação de Qualidade da Federação Lusa do Yoga — FLY), nomeadamente pela Associação Lusa do Yoga — ALYO / Yoga-Sámkha, Instituto (Superior) YSI (S), os Dárshana Filosóficos do Yoga Primordial, com mais de seis mil anos (com vestígios de mais de doze mil anos — de Manu / Rudra / Shiva), quando só havia YOGA, um Yoga, o Yoga-Sámkha, quando o Yoga e o Sámkha eram um só — que ministra o Primeiro Sistema do Yoga — o Abrangente — onde todas as doze Disciplinas Técnicas:

Estas Associações devem também defender o Yoga sem competição ou campeonatos de qualquer tipo entre os praticantes.

Não podem filiar-se na FRYNORT:

1 — Quem não se enquadre nos parágrafos anteriores.

2 — Quem pratique competição no “Yoga”, em qualquer tipo de torneios, campeonatos, festivais, “olimpíadas” ou afins.

3 — Organizações que não se dediquem exclusivamente ao Yoga — proveniente da Índia, quer explicitamente, quer veladamente, como sejam, de artes marciais, de cura, de meridianos / pontos, de adivinhação, com caricaturas de “tipos de yoga” provenientes de zonas envolventes à Índia / Vale do Indo, ou ridicularizem o Yoga, que é a mais formidável Fonte de Conhecimento Aplicado da Humanidade, com actos folclóricos, desrespeitadores de tão alto, e até há pouco, Secreto Conhecimento.

4 — Seitas, geralmente lideradas por charlatães, que usam apenas o nome do Yoga (e não só) para fins não declarados, pessoais, inqualifi-